

O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO DE UM ALUNO PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.

Artemisa de Jesus Chaves¹ - Unifesspa
Mayra Barbosa Sindeaux Lima² - Unifesspa
Lúcia Cristina Gomes dos Santos (Coordenadora do Projeto)³ - Unifesspa

Área do conhecimento: Educação Especial

Agência Financiadora da Bolsa: Pró-Reitoria de Ensino de Graduação - PROEG

Programa de Ensino: Programa de Tutoria Pedagógica Específica a Discentes com Deficiência

Resumo: Este estudo possibilita conhecer o trabalho de tutoria desenvolvido pelo Programa de Tutoria mantido pelo NAIA com um aluno com deficiência intelectual em seu primeiro estágio supervisionado, no qual encontrou-se momentos de inclusão e exclusão desse discente público da educação especial. A participação da autora se deu como Tutora e apoiadora na disciplina estágio I do discente. O programa de Tutoria Pedagógica visa ampliar os espaços formativos e educativos dos graduandos de Licenciatura, possibilitando, portanto, novos olhares ao conhecimento estudado em sala de aula.

Palavras-Chave: Educação Especial; Ciências Naturais; Estágio Supervisionado.

1. INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com deficiência na educação superior é fundamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.394/1996, que trata da Educação Especial. O capítulo V, art. 58, pontua que [...] "Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais". Tendo em vista que o histórico de exclusão do público da educação especial é uma realidade observada na de sala de aula, as políticas públicas de educação inclusiva vem se tornando essencial para apoiar esse público que enfrenta tantas barreiras na educação no decorrer da história.

Considerando que o Brasil é um país de muitas desigualdades sociais, é necessário que o governo intervenha com a formulação de políticas públicas visando intervir nesse cenário, buscando a garantia de direitos fundamentais, assegurados na Constituição brasileira, para todos os cidadãos. De acordo com Gomes (2001, p. 21):

Políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física. Na sua compreensão, a igualdade deixa de ser simplesmente um princípio jurídico a ser respeitado por todos, e passa a ser um objetivo constitucional a ser alcançado pelo Estado e pela sociedade. (2001, p. 21):

Entretanto, a política não se efetiva apenas com a entrada do estudante com deficiência em qualquer nível de ensino, a efetivação completa dessa política se cumpre quando o estudante acessa os espaços educacionais, permanece e finaliza com sucesso, os estudos de todos os níveis. Porém, para que se alcance tal empreitada, qual seja, a de auxiliar na concretização da aprendizagem dos estudantes com deficiência é crucial que haja acessibilidade para estes estudantes. Considerando a educação superior como pano de fundo para este trabalho, vale ressaltar que a entrada desse grupo social nas universidades, traz um desequilíbrio para um sistema já ordenado para atuar de determinada forma. Desse modo, as universidades estão se transformando para oferecer condições de acesso, permanência e conclusão dos cursos escolhidos por essas pessoas.

Sendo assim, a principal justificativa deste artigo é ressaltar o quanto foi importante o apoio especializado no Estágio Supervisionado I, para um aluno com Deficiência Intelectual (DI) no programa de Tutoria Pedagógica Específica do Núcleo Acadêmico de Inclusão e Acessibilidade (NAIA), respeitando as

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Ciências Naturais (FAQUIM/ICE/ Unifesspa). Bolsista do Programa Tutoria Pedagógica a Discentes com Deficiência, PTPD 2023. E-mail: Artemisa.chaves@unifesspa.edu.br

² Especialista em Educação Especial. Técnica na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Secretária de Apoio Administrativo do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica – NAIA. E-mail: mayralima@unifesspa.edu.br.

³ Graduada em Licenciatura Plena em Pedagogia (UFPA). Técnica na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica – NAIA. E-mail: luciacris@unifesspa.edu.br

especificidades do tutorando além de oportunizar a tutora um novo olhar para a docência. Silva e Urbanetz (2013, p.29-30) ressaltam ainda que “o estágio é uma oportunidade ímpar para os futuros professores que atuarão com todos os alunos com e sem deficiência é elemento importante para a formação inicial”, esse momento aproxima o discente a vida escolar e proporciona uma formação profissional para o estagiário.

O estágio tem como finalidade integrar o processo de formação do aluno, futuro profissional, de modo a considerar o campo de atuação como objeto de análise, de investigação e de interpretação crítica, a partir dos nexos com as disciplinas do curso. (PIMENTA, 2004, p. 24).

Em virtude das suas particularidades os estudantes com deficiência necessitam de atendimento especializado, a Educação Especial promove o desenvolvimento das habilidades destes estudantes assegurando a eles o que está previsto em Leis como a 9.364/96, a 13.146/2015 garantindo assim, seu direito a uma educação inclusiva e de qualidade.

O trabalho tem por objetivo ressaltar a importância do atendimento especializado no Estágio Supervisionado de um discente público da Educação Especial, especificamente com Deficiência Intelectual (DI). O estudo visa contribuir com a formação do discente, por meio da Tutoria Pedagógica, na qual o tutor atua como um facilitador no desenvolvimento das habilidades do estudante tutorado, respeitando as limitações do aluno. A esse respeito, Gonçalves (2018, p.4-5) relata que é essencial “oferecer um ensino de qualidade, que respeite as diferenças e características de cada aluno, sem ser excluyente tendo em vista desenvolver as habilidades dentro da limitação de cada um, garantindo sua formação escolar, sua integração no mercado de trabalho e sua vivência social”.

Até 2004, o termo usado para indicar a DI era retardo mental. A partir da Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual com a aprovação da Organização Mundial da Saúde e Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), o termo retardo mental foi substituído por deficiência intelectual. Segundo a Associação Americana de Deficiências Intelectuais e de Desenvolvimento (AAIDD), deficiência intelectual é definida como:

Limitações significativas tanto no funcionamento intelectual quanto no comportamento adaptativo como é expresso nas habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas. Essa deficiência se origina antes dos 18 anos. AAIDD (2010, p. 5).

Apesar das limitações características da DI, ou seja, do cognitivo ser abaixo do que é considerado normal, não há impeditivos para o desenvolvimento na área educacional, há claro, a necessidade de um acompanhamento de atendimento educacional especializado, no caso do trabalho ora apresentado a tutoria específica no estágio supervisionado no curso de Ciências Naturais. De acordo com Carvalho (2006), pessoas com deficiência intelectual enfrentam diversas dificuldades na relação com o mundo social, Dias e Oliveira (2013) justificam que como desqualificação de seus papéis as pessoas com DI possuem baixas expectativas quanto a sua capacidade de adaptação e às soluções de problema, e são uma das características do desenvolvimento cognitivo. Assim, os autores ainda reiteram que um adulto com Deficiência Intelectual não é um sujeito menos desenvolvido, e sim um sujeito que se desenvolve gradativamente.

[...] O que as pesquisas evidenciam atualmente são as características essenciais da deficiência intelectual (transtorno do desenvolvimento intelectual).

Estas incluem déficits em capacidades mentais genéricas e prejuízo na função adaptativa diária na comparação com indivíduos pareados para idade, gênero e aspectos socioculturais. O início ocorre durante o período do desenvolvimento. O diagnóstico de deficiência intelectual baseia-se tanto em avaliação clínica quanto em testes padronizados das funções adaptativas e intelectuais. (DSM- V). (CARVALHO, 2017)

A partir de 2016, a Lei 13.409, conhecida como Lei de Cotas assegurou às pessoas com deficiência, vagas nas instituições federais de ensino superior. Ressalta-se que incluir as pessoas com deficiência é fundamental para garantia de seus direitos, que durante muitos anos foram marginalizadas por não atender ao padrão normativo imposto pela sociedade.

2. MATERIAS E MÉTODOS

A tutoria pedagógica específica é um programa mantido pelo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica, NAIA. O objetivo do programa é auxiliar no processo de ensino aprendizagem de discentes com deficiência matriculados nos cursos da Unifesspa que estejam com necessidade de apoio em componentes

curriculares específicos do curso. O aluno acompanhado cursa Ciências Naturais (Licenciatura), que tem entre seus componentes curriculares o estágio supervisionado obrigatório. As atividades da Tutoria são coordenadas pelo Naia, e ocorrem de forma presencial, semipresencial e online, no espaço do Naia e na sala de aula/escola na qual ocorre o estágio.

Neste trabalho, foi realizada pesquisa de campo, levantamento documental descritivo, teórico bibliográfico de cunho qualitativo e quantitativo, que de acordo com Bogdan e Biklen, (1994, p.16), “Os dados recolhidos são designados por qualitativos, o que significa ricos em pormenores descritivos relativamente a pessoas, locais e conversas, e de complexo tratamento estatístico”. Foi realizada revisão bibliográfica em artigos da área da educação especial, bem como, nos relatórios produzidos durante a vigência da bolsa de tutoria, além da observação e relatos do tutorado realizada durante as atividades nos diversos momentos de atendimento. Estas ações foram fundamentais para auxiliar na discussão da temática, na identificação dos dados apresentados e ainda possibilitaram identificar elementos que permitiram olhar com mais acuidade as barreiras que o aluno enfrenta no contexto social e educacional. Neste trabalho, para identificar o aluno atendido pelo programa de tutoria e participante da pesquisa, elegeu-se identificá-lo com o nome fictício de Pedro.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Lei nº 13.409/2016, ampara os discentes no que tange a inclusão no ensino superior, para que possam ingressar, permanecer e concluir o curso escolhido nas universidades. Como já afirmado acima, a inclusão não se dá apenas com o acesso à instituição, é necessário para a permanência e sucesso do estudante com deficiência serviços de apoio durante sua trajetória no ensino superior, para que conclua o curso. Neste sentido, a Unifesspa desde a sua criação em 2013, desenvolve diversas ações afirmativas que visam a permanência dos estudantes, incluindo os estudantes com deficiência, entre estas ações está o Programa de Tutoria Pedagógica para Discentes com Deficiência. Para além do que determina a lei 13.409/2016, a Unifesspa determinou espontaneamente, como ação afirmativa “a reserva, por acréscimo, ou seja, sem prejuízo ao número de vagas oferecidas à ampla concorrência, de duas vagas aos quilombolas e indígenas e de duas vagas oferecidas a pessoas com deficiência. (PDI, 2020-2024, p. 286).

Pontes e Silva (2015) e Cézar (2010) tratam sobre a importância que a acessibilidade tem para a formação da cidadania da pessoa com deficiência. Ainda, os autores compreendem que “a acessibilidade não se refere apenas aos espaços físicos, ela também diz respeito aos aspectos sociais”, assim discutem que barreiras atitudinais trazem impedimentos e/ou acabam dificultando os processos que garantem a participação plena em desses sujeitos em igualdade de condições com todos os indivíduos na sociedade. Logo, a exclusão é vista por meio de atitudes comportamentais que impeçam o gozo dos direitos humanos e fundamentais para a cidadania da pessoa com deficiência.

Para reflexão sobre o termos inclusão e exclusão, voltamos a mencionar as atitudes presentes nas atividades do Estágio Obrigatório supervisionado I, na qual o discente participante da pesquisa faz parte. Criando categorias de análises a partir de sua interpretação nos momentos de docência.

3.1 A primeira interação com a educação básica no estágio supervisionado I

O discente relata que em seu primeiro estágio Supervisionado que estava muito ansioso e preocupado com sua atuação, visto que seria sua primeira atuação como professor. Pois atuar na sala de aula requer muito esforço dele, as atividades iniciais de acompanhamento e observações em sala foram momentos de adaptação ao contexto escolar, que para o aluno foi desafiador.

“O meu primeiro estágio me deixou muito nervoso e por mais que eu já fui aluno e conheço um pouco da realidade escolar, de início é muita responsabilidade sem conhecer o pique da escola. As aulas práticas ajudam a manter uma aula dinâmica, mas para mim foi muito difícil pois na minha época os professores só passavam atividades e hoje precisamos fazer aulas mais atrativas e dinâmicas.

Eu estou sempre disposto a aprender com todos e os diferentes pontos de vista, eu ensinando eu posso aprender com eles e ensinar mais a eles.

E no estágio temos a oportunidade de levar mais aulas práticas, levando materiais do dia a dia usando como exemplo para entendimento dos alunos e foi um pouco difícil para mim essa adaptação, porque eu não sabia como trabalhar com eles.” (Pedro)

De acordo com Carvalho (2017) uma das características do aluno com Deficiência Intelectual, é um menor desenvolvimento de suas habilidades e o seu desenvolvimento cognitivo reduzido, ou ter uma mentalidade abaixo do esperada para sua idade. No estágio é preciso que os discentes estejam atualizados nos conteúdos Curriculares e também tenham conhecimento sobre as áreas que abrangem os conteúdos.

O uso de metodologias ativas diferenciadas no ensino de Ciências da Natureza promove uma gama de informações para o aluno com DI, o que efetiva a participação ativa do mesmo em sala de aula. Mas, como promover a inclusão sem excluir? Garantindo o acesso a todos os tipos de oportunidades que a educação superior oferece, como bolsas, apoio financeiro e Pedagógicos, são uns dos aparatos fundamentais para a promoção da inclusão e igualdade de oportunidades.

"A inclusão foi um ponto positivo no estágio fui bem recebido pelos professores e corpo escolar, sempre me incentivando na docência. Assim também na educação superior os professores são bem compreensivos e receptivos." (Pedro)

O aluno ressalta em uma de suas falas a falta de oportunidade em concorrer às bolsas de ensino, como mostra seu relato:

"mais ainda há um pouco da exclusão em alguns processos, como as bolsas de ensino, na qual sempre participo da seleção e não consigo passar por alguns pontos." (Pedro)

É necessário uma maior atenção a este recorte pois o discente está em seu 7º período, em decorrência de algumas disciplinas não está em conclusão, porém seu rendimento é classificatório para as bolsas que são especificamente reservadas às pessoas com deficiência. Visto que há uma diferença de aprendizagem que necessita ser aprimorada nos momentos de classificação dos candidatos, a pessoa com deficiência já foi por vezes ignorada em sala de aula, diante de um professor por conta de sua particularidade e até mesmo não teve as mesmas oportunidades que pessoas sem deficiência encontram. Logo, a deficiência é relacional e pode ser um impedimento para a convivência e a interação no meio social. Assim, visto que o desenvolvimento do indivíduo acontece a partir do dinamismo e das interações pessoais e interpessoais com os objetos que o cercam.

3.2 As dificuldades e desempenho no estágio: O que faltou?

"As dificuldades mais difíceis enfrentadas foram a documentação na qual tinha que me deslocar sempre para a escola e universidade para organizar a burocracia. A burocracia foi a que mais me dificultou um pouco pois me vi com dificuldades para preencher e entregar documentação.

O processo de escrita para mim é um pouco difícil, então o apoio do Naia foi fundamental nesse estágio. Como um dos requisitos de finalização do Estágio, o relatório é um aparato obrigatório de conclusão das atividades, foi bem difícil essa parte, já não gosto, pois tenho mais dificuldades e eu não entenderia e acabaria faltando o que não permitiria minha obtenção de nota final." (Pedro)

O discente com Deficiência encontra diversas barreiras desde físicas às barreiras pedagógicas comumente vistas em cursos de graduação, aqui voltamos para o curso de Licenciatura em Ciências exatas (GONÇALVES, 2018). A participação dos alunos nas atividades acadêmicas, por vezes passam despercebidas e não há um acompanhamento maior direcionado a apartes Pedagógicos. Com isso, o aluno com DI, precisa estar atento às suas necessidades formativas para desenvolver atividades que busquem trabalhar a escrita e comunicação, e para que isso ocorra e m sala de aula o apoio Pedagógico é fundamental pois gera confiança e passa autonomia para ao aluno que por vezes em sua formação acadêmica, passou despercebido em sala de aula. A fala do aluno evidencia essa percepção:

O apoio em sala por parte do bolsista do Naia da Unifesspa foi fundamental para a conclusão do primeiro estágio, pois ele me auxiliou muito em todos os processos burocráticos do estágios e sociais. Para mim esse primeiro estágio teve um ponto positivo pois eu passei a conhecer e conviver a parte social da educação. (Pedro)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidenciou a necessidade de aprimorar o processo de ensino no percurso formativo dos estudantes com deficiência, pois, durante o estágio observou-se que o tutorado apresentava lacunas de

aprendizagem que deveriam ser sanadas em disciplinas já trabalhadas nos períodos anteriores ao estágio. Com isso, ressaltamos a necessidade de um olhar mais atento às particularidades do aluno, no que diz respeito às suas necessidades básicas e formativas.

Escrever o relatório obrigatório, preencher frequência das atividades e até mesmo confeccionar um diário de bordo pode parecer algo simples, mas, para esse aluno é um desafio, pois demanda atenção, desenvolvimento das habilidades de escrita e o que foi observado durante as aulas. Com tudo, procuramos proporcionar um espaço leve e eficiente para que o discente se sentisse à vontade, aproveitando assim as oportunidades para aprender durante o estágio. Procurou-se fazer adaptações que possibilitasse uma maior participação e organização da sua rotina acadêmica, como leituras de textos, relatórios de estágios do curso e vídeo aulas que auxiliassem no aprendizado de como ser docente do ensino básico.

REFERÊNCIAS

BOGDAN, Robert. BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Lei no 13.409, de 28 de dezembro de 2016**. Altera a Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino.. Brasília, DF, 29 dez. 2016.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Lei n. 13.146 de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso em 10 de junho de 2018.

BRASIL. **Lei no 9.394 (1996)**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 25 de set. 2023.

BRITES, C. **Deficiência intelectual entre mitos e verdade**. *Neuro saber* (2019). Disponível em: <<https://neurosaber.com.br/intelectual-e-desenvolvimental-did/>>. Acesso em 01 de outubro de 2023.

CARVALHO, R. E. **Removendo barreiras para a aprendizagem**: educação inclusiva. Porto Alegre: Mediação, 2006.

CARVALHO, Jéssica Vanessa Silva. **Intervenção psicopedagógica frente à deficiência intelectual: um estudo de caso**. Trabalho de conclusão de curso (TCC) – João Pessoa: UFPB, 2017.

CEZAR, K. R. Diga Não à inversão de valores: a verdadeira inclusão laboral das pessoas com deficiência. In: ENCONTRO ANUAL DA ANDHEP DIREITOS HUMANOS, CIDADES E DESENVOLVIMENTO, 6., 2010, Brasília. **Anais**. Brasília: Universidade de Brasília. 2010.

DIAS, OLIVEIRA,. Deficiência intelectual na perspectiva histórico-cultural. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 19, n.2, p. 169-182, Abr.-Jun., 2013.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação afirmativa e princípio Constitucional da Igualdade**: o direito como instrumento de transformação social: a experiência dos EUA. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GONÇALVES, Fernanda. **Estágio Supervisionado e a Educação Inclusiva: Uma Análise das Práticas de Estágio de Uma Instituição de Ensino Superior De Anápolis**. Trabalho de Conclusão (Graduação)- Faculdade Católica de Anápolis, Anápolis - GO, 2018.

PIMENTA, S. G., LIMA S. L. **O estágio como campo de conhecimento**: Estágio e docência. São Paulo: Cortez, 2004. p. 23-57.

PONTE, A. S.; SILVA, L. C. **A acessibilidade atitudinal e a percepção das pessoas com e sem deficiência**. Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 23, n. 2, p. 261-271, 2015.

SILVA, Mônica Caetano Vieira da; URBANETZ, Sandra Terezinha - (orgs). **O Estágio no curso de Pedagogia**. [livro eletrônico] – Curitiba: InterSaberes, 2013. (Série TCC e estágio em Pedagogia, v.1).

UNIFESSPA. **Plano de Desenvolvimento Institucional: 2020 a 2024**. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará; organização. Marabá, PA: UNIFESSPA, 2020. p. 352.